

O envolvimento na luta armada política em Portugal: A perspectiva dos seus actores

Raquel Beleza Pereira da Silva* / Carla Machado*

*Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Este estudo analisa o envolvimento em movimentos de luta armada política em Portugal, através da perspectiva dos seus participantes. Assim, explorou-se a iniciação/entrada no grupo; as dinâmicas interpessoais dentro do grupo; a vida dentro do grupo *versus* vida quotidiana; a gestão da clandestinidade; o papel das mulheres no movimento; as justificações de ordem ética, moral, psicológica, ideológica para as acções empreendidas; a gestão de momentos e acções percebidos como desconfortáveis; a gestão da dúvida e questionamento; o suporte popular; e o sentido das acções e do envolvimento, no passado e no presente.

Recorreu-se a uma metodologia de natureza qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a participantes em movimentos de luta armada política em Portugal no passado, permitindo, deste modo, uma apresentação e discussão dos resultados que espelham o posicionamento e a opinião daqueles aos tópicos supracitados, comparados, quando possível, com os dados recolhidos na literatura.

Palavras-chave: Clandestinidade, Luta armada, Terrorismo.

INTRODUÇÃO

A definição do termo terrorismo não é unânime e acarreta inúmeras discussões e controvérsias, sendo que algumas das principais questões geradoras de falta de consenso nesta matéria prendem-se, essencialmente, com que contextos considerar de actuação terrorista, a partir de que princípios morais avaliar uma acção como terrorista, como separar o terrorismo da actuação estratégica e manipuladora de alguns Estados e como apelidar de terroristas organizações que não se identificam como tal (Ventura & Nascimento, 2001).

Assim, de acordo com Weinberg e Eubank (2006), na origem do terrorismo estão motivações políticas e não particulares, expressas através de um formato violento de comunicação que, tendo como aliados principais os *mass media*, procura influenciar as emoções e promover a alteração comportamental de um público específico. Tais motivações estão, muitas vezes, confinadas a um lugar específico e têm por base conflitos étnicos, culturais ou religiosos (Henderson, 2004).

A organização de um grupo terrorista, de acordo com Fraser e Fulton (1984, citados por Henderson, 2004), apresenta a seguinte forma piramidal: no topo encontra-se o *Líder* – reconhecido internacionalmente –, seguido pelo *Comando* – grupo reduzido de líderes responsáveis por toda a planificação e manutenção da disciplina –, secundado pelo *Quadro Activo* – grupo mais

Este texto foi elaborado no âmbito do Projecto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/PSI/65852/2006), coordenado por Carla Machado.

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Raquel Beleza, Bairro do Vale, Lote 29, 1º Dto., Fte., 3515-156 Abraveses, Viseu. E-mail: beleza.raquel@gmail.com

alargado constituído por indivíduos aptos em áreas específicas, que levam a cabo as acções terroristas –, coadjuvado pelos *Sustentadores Activos* – responsáveis pelo suporte material da actividade terrorista – e por último pelos *Sustentadores Passivos* – concordantes e cooperantes com o propósito da actividade terrorista. Os autores supracitados salvaguardam o facto de grande parte dos grupos terroristas apresentarem um reduzido número de efectivos, o que leva uma mesma pessoa a desempenhar vários papéis e o que é, ainda, agravado pelo fraco suporte popular, dificultante do acesso a recursos materiais.

No sentido em que os desafios da actividade terrorista se relacionam, essencialmente, com a necessidade da manutenção do segredo acerca da verdadeira identidade de cada um dos seus membros, o *Quadro Activo* daquela divide-se em células, ou seja, pequenos grupos de mais ou menos cinco elementos, organizados para uma tarefa particular e desconhecedores da actividade das restantes células. A comunicação é feita através do líder de cada célula e a organização de uma acção específica coloca em marcha uma coluna, isto é, o trabalho conjunto de várias células. Por um lado, este sistema permite a preservação da informação em situações flagrantes, no entanto, por outro lado, dificulta a comunicação e coordenação das actividades (Costa, 2008; Fraser & Fulton, 1984, citados por Henderson, 2004).

A recruta de elementos para esta actividade é realizada de forma muito prudente e tem em conta diversos aspectos citados por Costa (2008), entre os quais: “grau de confiança, a combatividade demonstrada anteriormente, ou até mesmo a antiguidade em outros sectores do grupo, maturidade política... percurso por outros sectores do grupo terrorista” (p. 519). Este autor chama ainda a atenção para a necessidade do “processo de comprometimento”, ou seja, a comissão de delitos por parte dos elementos mais recentes, que os vincula ao grupo e os constrange às suas condições.

No que respeita ao lugar ocupado por homens e mulheres em termos do funcionamento da actividade terrorista a literatura é bastante omissa, no entanto salienta que, por vezes, as mulheres praticam elevados graus de violência no sentido de não se sentirem inferiores aos homens e de sentirem aprovação (Cameron, 2005).

Em termos de abordagens explicativas do fenómeno em análise consideramos a importância das abordagens sociocultural, marxista e psicológica. No âmbito da abordagem sociocultural avança-se a hipótese de que as origens do terrorismo estão nas influências que o indivíduo recebe do meio que o envolve e não nos traços da sua personalidade (Hudson, 1999). Assim, o terrorismo é incentivado pela presença de determinadas condições no meio envolvente, tais como o tipo de urbanização, o sistema de transportes nacionais e internacionais, a publicitação levada a cabo pelos *mass media*, a facilidade de acesso a armas e a ausência ou falibilidade das medidas de segurança (Crenshaw, 1981, citado por Hudson, 1999).

Neste âmbito, Merton (1938, citado por Lilly, Cullen, & Ball, 1995) sugere a teoria das oportunidades diferenciais, que apresenta a existência de uma clara disjunção entre os objectivos individuais inculcados culturalmente e os meios efectivos conferidos pela estrutura social para os alcançar. Tal disjunção provoca um aumento dos sentimentos de injustiça e ressentimento face à ordem social, alimentados pela percepção da arbitrariedade com que as circunstâncias ocorrem na mesma, o que conduz à desvalorização das normas sociais e à maior facilidade de rompimento com as mesmas (ibidem). No sentido da teoria apresentada por Merton (ibidem), Lea e Young (1984) consideram não bastar a existência de exploração no seio da ordem social para esta ser perturbada, sendo que o essencial é a percepção da injustiça, ou seja, não se trata da privação em si, mas de uma privação relativa. Assim, estes autores sugerem que a explicação para o aparecimento de organizações praticantes de violência jaz na relação entre a privação relativa e a marginalidade política e económica (ibidem).

Uma abordagem marxista do terrorismo remete para uma leitura da sociedade organizada sob o ponto de vista económico, ou seja, acerca da forma como as pessoas se relacionam com os meios de produção, se os possuem ou se trabalham para aqueles que os possuem (Chambliss, 1975). Nas

sociedades capitalistas, onde os meios de produção são privatizados e onde se verifica uma clara divisão entre a classe dominante e a classe dominada as taxas criminais são elevadas, bem como o conflito de classes, lançando os alicerces para o desenvolvimento de actividade terrorista entre os elementos da classe dominada (Chambliss, 1975). É ainda acrescentado o facto de muitas vezes os elementos da classe dominante actuarem fora da lei e saírem impunes, ao contrário dos elementos da classe dominada, bem como o facto de a lei ser cada vez mais coerciva para estes últimos, o que acicata, muitas vezes, a prática de acções terroristas (Chambliss, 1975).

No que respeita à abordagem psicológica são considerados dois factores fundamentais para a compreensão do como é que indivíduos, num determinado contexto, se envolvem na actividade terrorista, que são a motivação e a vulnerabilidade (Borum, 2004; Crenshaw, 1986; Horgan & Taylor, 2001). Crenshaw (1985) apresenta quatro tipos de motivações para o ingresso na actividade terrorista, que são: a oportunidade para a acção, a necessidade de pertença, o desejo de estatuto social e o ganho de recompensas materiais. Ao que se acrescenta uma revisão da literatura que apresenta três temas fundamentais relacionados com a motivação para a actividade terrorista: a injustiça – tida como uma motivação básica para o processo de entrada na actividade terrorista, muitas vezes acompanhada por sentimentos de vingança (Borum, 2004) –, a identidade – tanto a nível pessoal, como social, podendo esta ser firmada e até adoptada no interior de organizações praticantes de violência, sem qualquer exame prévio (Arena & Arriago, 2005) ou até mesmo ser definida pelo simples factor membraia (Johnson & Feldman, 1992; Post, 1987) – e a pertença – que passa por um sentimento de conexão e afiliação a um grupo, que se pode tornar na família que alguns sujeitos nunca tiveram, conferindo-lhes segurança através da subjugação à identidade grupal (Post, 1984). Estas questões motivacionais relacionam-se com o papel ocupado pelo factor vulnerabilidade, que se prende com a maior abertura demonstrado por alguns indivíduos para a adesão a este género de grupos do que outros (Borum, 2004).

No que respeita à prática de acções violentas Crenshaw (1986) considera que esta é um resultado da própria pertença ao grupo, que a um determinado momento coloca o sujeito em uma posição em que ou comete as acções estipuladas ou sai do grupo, sendo esta saída bastante difícil, pois não é possível simplesmente voltar para casa. O que, de acordo com Ventura e Nascimento (2001), conduz a que, no seio deste tipo de organizações, a obediência e o conformismo caracterizem o estilo relacional. As abordagens referidas pelos autores supracitados podem relacionar-se com os crimes de obediência explorados por Beu e Buckley (2004), nos quais há um conflito entre as orientações de uma autoridade e a legalidade e, por vezes, com as próprias preferências da pessoa, sendo que esta age, mesmo assim, de acordo com as orientações recebidas. Este processo é bastante complexo e envolve diversas componentes, dos quais se salienta a existência de uma liderança carismática, que cria as condições necessárias para o desprendimento moral (*moral disengagement*) dos seus militantes, avocando o sentido de uma missão a levar a cabo (Beu & Buckley, 2004). De acordo com Bandura (1990), o desprendimento moral é um aspecto chave para a comissão de acções ilegais e tem origem no enfraquecimento da auto-censura pela demissão do raciocínio moral e pelo estado das circunstâncias sociais. A demissão do raciocínio moral é levada a cabo pela produção de justificações morais, de uma linguagem eufemística e paliativa e de comparações vantajosas; pela difusão e deslocação da responsabilidade e pela minimização das consequências das acções, o que confere ao indivíduo um sentimento de que se alguma coisa correr mal não lhe pedirão contas só a ele; e, por último, pela desumanização e culpabilização da vítima (Bandura, 1990, 1999).

No que respeita à relação entre terrorismo e doenças mentais não é apontada qualquer correspondência directa, sendo apenas caracterizados como indivíduos mais instáveis e com um marcado anseio de afiliação a um grupo (Costa, 2008).

Em Portugal, o processo de luta armada integra-se numa política global antifascista, anticapitalista e anti-imperialista, exacerbada pelo decorrer e condução política da guerra colonial (Leitão

& Pina, 1975), pelo aumento da instabilidade interna e das informações vindas do exterior acerca dos movimentos revolucionários e pelo crescimento da oposição política (Bebiano, 2005). O que originou um “clima de guerra revolucionária”, no intuito de, principalmente, conduzir as massas à libertação (Leitão & Pina, 1975).

Neste contexto, encontramos quatro organizações praticantes de luta armada revolucionária no nosso país, antes e depois do 25 de Abril de 1974 – a ARA (Acção Revolucionária Armada), a LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária), as BR (Brigadas Revolucionárias) e as FP-25 (Forças Populares 25 de Abril). As quatro organizações em análise possuem pontos de convergência e divergência em diversos planos – ideológico, operacional, organizacional. Costa (2004) considera que é possível colocar a ARA, a LUAR e as BR ao mesmo nível em termos de força motriz, que seria a luta pelo fim do colonialismo e o derrube do regime fascista. Já as FP-25, ao surgirem após o 25 de Abril de 1974, são o reflexo do descontentamento de alguns sectores da sociedade com o caminho tomado após a revolução (Costa, 2004).

Cada uma destas organizações estabeleceu relações particulares com os organismos partidários da sua época de actuação. A ARA constituiu-se como o braço armado do Partido Comunista Português (PCP), apesar de o seu arranque ter despoletado alguma controvérsia no seio do mesmo e de se ter mantido como uma organização semiautónoma, ou seja, por um lado seguidora das directivas do partido, mas, por outro lado, independente aquando da tomada de decisão (Narciso, 2000; Serra, 1999). A LUAR foi, por vezes, apontada como o braço armado do PS (Partido Socialista), o que sempre recusou veementemente, por considerar que nas suas fileiras conviviam elementos provenientes de diferentes contextos partidários (Brinca, 2000). A criação das BR assenta desde logo na ruptura com o PCP e com a sua forma de luta (Antunes, 1974; Carmo, 1974; Júnior, 1999). No entanto, após o 25 de Abril de 1974 esta organização tenta ingressar no Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), partido do qual a mesma esteve na origem, mas rapidamente regressa à clandestinidade por considerar necessária a continuação da luta (Manifesto contra a guerra civil: insurreição armada, PRP, 1975). Por último, as FP-25 são consideradas uma organização posicionada na extrema-esquerda radical, pertencentes a um Projecto Global, o qual integrava inicialmente a OUT (Organização Unitária de Trabalhadores) e posteriormente a FUP (Frente de União Popular) (Costa, 2004; Pereira, 1992; Ventura, 1999).

Em termos organizacionais, a ARA apresentava um comando central composto por três elementos e possuía quatro tipos de infra-estruturas principais – o Paiol Central, o laboratório, garagens e arrecadações (Narciso, 2000). No que respeita à LUAR e às BR não são encontrados, nas fontes bibliográficas, dados que permitam concluir da sua estrutura e composição. Já as FP-25 eram constituídas por 152 membros, dos quais 46 eram operacionais, aquelas estavam integradas no Projecto Global, no qual pertenciam à Estrutura Civil Armada (ECA), constituída por diversos grupos territoriais, que possuíam líderes locais (Costa, 2004).

Em termos operacionais, as quatro organizações em análise procederam a assaltos para o financiamento da luta armada, dos quais resultava tanto dinheiro como materiais necessários à consecução das diferentes acções (Costa, 2004; Rosas & Brito, 1996; Narciso, 2000). No entanto, tanto na ARA como na LUAR e nas BR só eram levadas a cabo acções que cumprissem determinados critérios, entre os quais a garantia total ou quase total da ausência de vítimas humanas e o ataque a estruturas políticas e militares relacionadas com o regime ditatorial e com a guerra colonial (Narciso, 2000). Já as FP-25 recorreram a acções de maior violência, dirigindo-se, frequentemente, a vidas humanas, contando com dezoito mortes no seu historial (Costa, 2004).

De seguida, passaremos para a explanação dos aspectos relacionados com a metodologia utilizada neste estudo, no sentido de conferir rigor e aplicabilidade aos dados recolhidos e de responder às questões orientadoras daquele.

Participantes

A selecção dos participantes foi efectuada de acordo com o processo de amostragem teórica, sendo que era apenas colocado como critério necessário o envolvimento, no passado, em algum movimento de luta armada. O acesso aos participantes foi tentado, a princípio, através da utilização de intermediários, contudo esta estratégia não resultou e o primeiro contacto foi feito directamente, por e-mail e de seguida por telefone, com o primeiro participante. Após a primeira entrevista recorreu-se à estratégia de *snowball sampling*, devido ao facto de a população em análise ser de difícil acesso.

Assim, a presente investigação envolveu um grupo de sete participantes, cinco homens e duas mulheres, sendo que a sua maioria ($n=5$) não exigiu anonimato, apenas o acesso aos resultados finais do estudo.

Instrumentos

De modo a facilitar o acesso às experiências e perspectivas pessoais de cada participante nesta investigação optou-se pela realização de entrevistas qualitativas semi-estruturadas.

De uma forma global, o guião semi-estruturado traçado especificamente para a presente investigação, compreendia questões acerca: (a) iniciação/entrada no grupo; (b) dinâmicas interpessoais dentro do grupo; (c) vida dentro do grupo *versus* vida quotidiana; (d) gestão da clandestinidade; (e) papel das mulheres no movimento; (f) justificações de ordem ética, moral, psicológica, ideológica, etc., para as acções empreendidas; (g) gestão de momentos e acções percebidos como desconfortáveis; (h) gestão da dúvida e questionamento; (i) suporte popular; e (j) sentido das acções e do envolvimento, no passado e no presente. A entrevista decorreu em um único momento de avaliação.

Procedimentos

Os participantes foram contactados telefonicamente e foi-lhes solicitada a participação num estudo acerca da sua perspectiva pessoal sobre o envolvimento passado na luta armada política em Portugal. Todos os sujeitos contactados aceitaram participar e consentiram, oralmente, a realização da entrevista, bem como a sua áudio-gravação.

Os dados analisados e discutidos foram entregues aos participantes, no sentido da realização de uma validação comunicativa (Flick, 2002), na qual lhes foi dada a oportunidade de considerarem numa escala de 1 a 5 (sendo que 1 correspondia a concordo muitíssimo; 2 a concordo; 3 a concordo razoavelmente; 4 a não concordo e 5 a não concordo de todo) se a presente análise correspondia à realidade tal com eles a percebem e se a sua opinião/perspectiva estava presente na mesma. Esta devolução contemplou, ainda, duas questões de resposta aberta, de modo a perceber se existia alguma afirmação no estudo que não correspondesse à realidade e se os participantes tinham algum comentário a acrescentar. Dos sete participantes neste estudo apenas cinco avaliaram os resultados que lhes foram entregues, sendo que um participante concordou muitíssimo que a presente análise corresponde à 'sua' realidade, dois concordam e um concorda razoavelmente; os cinco participantes referem que concordam com o facto de a sua perspectiva estar presente nesta dissertação. No que refere às questões de carácter aberto, os participantes em geral consideram que este é um tema muito complexo, que precisaria de um maior aprofundamento. Os participantes que praticaram luta armada antes do 25 de Abril consideram, também, que na análise desta questão deve ser feita uma distinção clara entre a luta armada em contexto de ditadura (o que eles consideram ter praticado) e o terrorismo em contexto de democracia (que consideram ter sido praticado pelas FP-25).

As entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com os princípios da *grounded analysis* (Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1998) e com a assistência do software QSR NVivo 8. A aplicação da *grounded analysis* decorreu em três fases: a determinação das questões orientadoras do estudo, a construção da amostra teórica relevante para o fenómeno em estudo e a aplicação de procedimentos de codificação. Neste estudo procedeu-se à codificação aberta das entrevistas realizadas, tendo sido o primeiro passo dado a selecção da frase como unidade de análise, ao que se seguiu o agrupamento das mesmas em categorias e subcategorias, que descrevem a vivência dos participantes e o seu posicionamento.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados e discutidos os resultados da análise do discurso dos participantes, mediante os aspectos abordados com relevo para este estudo. Os números entre parêntesis significam o efectivo de sujeitos que evidenciou as asserções apresentadas.

Antes do 25 de Abril em Portugal a luta armada tinha por objectivo a queda do regime ditatorial ($n=4$), sendo o PCP considerado como o único partido da oposição que resistia, apesar de no seu seio nem todos concordarem com a insurreição armada ($n=3$). Deste modo surge a ARA, que se empenha na sensibilização e “animação” da população para a luta contra o regime ditatorial, bem como na sabotagem de materiais, cujo fim seria servir a Guerra Colonial ($n=1$). Enquanto a ARA era apoiada pelo PCP, as BR surgem a partir de uma ruptura com este e empenham-se, igualmente, na consecução de acções armadas para queda do regime, sendo que a referida ruptura preconizou-se pelo facto de o PCP até aos anos 60 não apoiar a luta armada ($n=2$). Por seu lado, a LUAR não se encontrava ligada a nenhuma corrente específica e, por isso, não fazia a defesa de uma ideologia claramente delimitada, considerando que o ponto de partida que ligava todas as coisas era o princípio de “derrubar o regime de Salazar” através da acção armada ($n=1$). Aqui se denota um vincado posicionamento político e ideológico ($n=6$) que caracteriza as diferentes organizações estudadas em geral e os seus militantes em particular, sendo expresso que “o enquadramento era político” e “as motivações eram única e exclusivamente políticas”, tendo sempre como perspectiva uma luta ideológica que levava a cabo acções armadas com fins, igualmente, ideológicos. Tal posicionamento e motivações estritamente políticos concordam com as assunções de Weinberg e Eubank (2006), que os consideram o motor principal da acção armada.

As acções no sentido da sabotagem da Guerra Colonial ($n=2$) passam pela análise de que Portugal não estava em condições de suportar a mesma, o que posteriormente, segundo a opinião dos próprios, se vem realmente a verificar, pois para aquela foi canalizado metade do orçamento de Estado, o que acarretou um agravar das condições sociais no país e provocou a fuga de milhões de pessoas.

As três organizações actantes antes do 25 de Abril ocupavam um posicionamento político e ideológico antiterrorista ($n=3$), no sentido em que recusavam veementemente a morte propositada de pessoas, procurando apenas “criar as condições que permitissem que outros sectores resistissem e desenvolvessem a sua própria oposição” e a sabotagem da Guerra Colonial ($n=3$). Ainda, de acordo com um elemento da LUAR, “o problema não era a pessoa, o problema era social e político”, logo matando a pessoa não se resolveria o problema. Aqui é de notar um dos aspectos geradores de controvérsia no que refere à definição de terrorismo, no sentido em que estes actores apesar de terem praticado luta armada não se vêem como terroristas e são mesmo, veementemente, contra este tipo de actividade. Aquando do retorno dos dados aos participantes, um dos aspectos mais sublinhados por aqueles que praticaram luta armada durante o regime ditatorial é que a sua actividade nada teve

a ver com actividade terrorista. Deste modo, como apontaram Ventura e Nascimento (2001), são encontradas divergências de opinião em relação a que contextos considerar de actuação terrorista (e.g., contexto de regime ditatorial vs. contexto de regime democrático), bem como a partir de que princípios morais avaliar uma acção como terrorista (e.g., uma acção é tida como terrorista apenas quando mata alguém?). No entanto, cremos que, por vezes, o considerar, ou não, uma organização como terrorista parte de valorações subjectivas e está dependente do facto de as pessoas que emitem o juízo se identificarem, ou não, com as causas defendidas.

O aparecimento das FP-25 ($n=3$) acontece num período após o 25 de Abril de 1974, no qual a análise política e social dos intervenientes era de que existiam condições para continuar a lutar. No entanto, uma cisão nas BR dá origem ao movimento FP-25, que se constituiu como “uma componente de um Projecto Global com uma estrutura própria”, sendo que neste Projecto Global existiam outras componentes que partilhavam a mesma concepção ideológica, mas que intervinham em áreas distintas ($n=2$). O principal objectivo desta organização era a tomada do poder, no entanto, os entrevistados são unânimes em afirmar que “ninguém nas FP-25 achava que aquele caminho ia levar ao derrube do poder”, sendo “a luta armada que se praticou (...) uma atitude de pressão”, que tinha por objectivo levar as pessoas a não recuar ($n=3$). Assim, realiza-se que os fundadores das FP-25 foram mais influenciados pelos aspectos presentes no meio envolvente, do que pelas suas próprias características de personalidade (Hudson, 1999), justificando as suas acções pela urgente necessidade de fazer alguma coisa pelo estado no qual a nação estava a tombar (Costa, 2008).

Quando questionados acerca de qual a melhor táctica de luta armada a utilizar, os elementos pertencentes às FP-25 ($n=3$) consideravam que, ao terem como alvo a tomada do poder no contexto das condicionantes sociopolíticas vividas em Portugal naquela época, a melhor táctica seria a luta contra o capitalismo, sob a forma de ataques directos ao capital (e.g., colocação de explosivos sobre o património), mas também sob a forma de “baleamento” de patrões. Por seu turno, as BR davam preferência à colocação de petardos, que evitavam o ferimento de pessoas, chamavam a atenção e permitiam a divulgação de informação; ou à colocação de explosivos, de fácil preparação e aplicação, permitindo controlar, igualmente, a não vitimação de pessoas. Já a LUAR considerava que “da luta armada a melhor táctica é desarmá-la” e substituir as armas por uma razão colectivamente consensual.

Assim, as acções das FP-25 situam-se em “um momento em que as injustiças eram demasiado eminentes”, sob a forma de salários em atraso, despedimentos em massa, hipotecas de habitações, famílias a passar fome, e eram praticadas em função das queixas e motivos reivindicativos apresentados, essencialmente, pela classe operária. O que vai de encontro a uma “preocupação social” desta organização, que dirigia as suas acções “sobretudo numa perspectiva de justiça social”, procurando apoiar os trabalhadores vítimas das situações supra citadas, que em alguns casos optaram pelo suicídio. Este apoio era realizado através de acções que visavam interesses económicos ou que visavam directamente o patronato, de modo a mostrar “às populações que havia outro caminho e que não se deviam baixar os braços”, mas pelo contrário deviam resistir. Na maior parte dos casos, as estruturas do Estado não eram atingidas¹, salvo em alguns casos muito específicos (e.g., o Director Geral dos Serviços Prisionais). Neste sentido, e de acordo com a abordagem marxista de Chambliss (1975), fica claro que as acções praticadas pelas FP-25 foram motivadas pelo conflito existente entre patrões e trabalhadores, sentindo-se estes explorados por aqueles e sentindo que os patrões eram impunes perante o Estado. Assim, pelo facto de o Estado não exercer a justiça social e ainda proteger os donos dos meios de produção, as FP-25 procuraram fazê-lo à revelia daquele, pretendendo

¹ AS FP 25 consideravam o Estado inapto para a resolução dos problemas sociais provocados pelos interesses capitalistas e por isso eles agiam para “punir” directamente os capitalistas, devido à inoperância do Estado. A estratégia não era como antes do 25 de Abril, ou seja, atacar as estruturas do Estado para as derrubar, mas sim conseguir o apoio popular para chegar ao poder.

demonstrar que é obrigatório agir, legal ou ilegalmente (Crenshaw, 1990). Neste ponto há, ainda, a referir a aplicação da teoria da anomia de Merton (1938, citado por Lilly, Cullen, & Ball, 1995), que considera as respostas violentas desta índole como consequência da desigualdade de oportunidades presente na ordem social, quando o que é incutido nos indivíduos são princípios de igualdade. Neste sentido, começam-se a gerar os tais sentimentos de injustiça relatados pelos elementos entrevistados, e é esta percepção das injustiças sociais que aliada à marginalização política e económica dá origem a que indivíduos se organizem em um colectivo praticante de acções violentas (Lea & Young, 1984). Ao que se acrescenta, como apontado por Chambliss (1975), o claro entendimento da arbitrariedade da ordem social vigente, dando origem a sentimentos de injustiça e levando à desvalorização e quebra das normas sociais (Merton, 1938, citado por Lilly, Cullen, & Ball, 1995). Assim, e de acordo com Merton (ibidem), a própria ordem social incita a existência de conflito, que neste caso toma a forma de movimentos de luta armada. Outra forte condicionante apontada para o nascimento desta organização foi a necessidade de resistir aos “avanços da extrema-direita” e de não perder o passado, ou seja, tudo o que foi conquistado com a revolução. Dois elementos desta organização referem, ainda, a desilusão com a maneira tradicional de fazer política, considerando as eleições e o direito ao voto como insuficientes. Prova disto é que enquanto o Estado, do ponto de vista destes militantes, não fazia nada relativamente às injustiças sociais do pós 25 de Abril, as FP-25 mantinham o patronato em sobressalto e fizeram-no recuar em função das suas acções ($n=2$). No entanto, a análise posterior de um dos elementos da organização é de que “matar patrões” não chega para resolver o conflito social e que naquela época os militantes da organização eram muito “naives” e não tinham uma visão da complexidade da realidade social, que necessita de muitas outras componentes para ser transformada.

As FP-25 organizavam-se em células ($n=2$), que planeavam e levavam a cabo as acções, formando, por vezes, uma coluna, quando necessária a junção do trabalho de duas ou mais equipas, de acordo com a dimensão da acção. Assim, como medida de segurança, as pessoas eram reconhecidas como fazendo parte da organização apenas no interior da célula a que pertenciam. Existiam, ainda, as células de apoio, constituídas por pessoas que não eram obrigatoriamente clandestinas, mas que davam suporte às acções e às pessoas na clandestinidade. Os desafios da actividade terrorista relacionam-se, essencialmente, com a necessidade da manutenção do segredo acerca da verdadeira identidade de cada um dos seus membros, sendo referido por dois elementos de duas organizações diferentes (BR e FP-25) a compartimentação entre “o sector da informação e o sector da acção”, no sentido em que quem realizava a acção não tinha realizado a busca de informação. Deste modo, as acções eram debatidas de uma forma geral, sem que os operacionais conhecessem exactamente o alvo, de modo a não depreenderem o local onde se realizaria a acção até ao dia da mesma, em que eram inteirados de tudo em uma reunião que a antecedia ($n=4$). Estes procedimentos tinham como objectivo a preservação da informação caso alguma coisa corresse mal e algum elemento fosse preso e submetido a tortura (no que refere às organizações actuais antes do 25 de Abril) ($n=3$). Este tipo de organização está de acordo com o modelo piramidal apresentado por Fraser e Fulton (1984, citados por Henderson, 2004), onde o quadro activo se encontra dividido em células, no sentido da protecção dos conhecimentos e instruções relacionados com cada acção, no sentido em que cada célula desconhece o trabalho das restantes.

Nas FP-25, a uma determinada altura, verifica-se uma escalada no grau das acções realizadas ($n=2$), que podia em alguns casos “chegar ao ponto da morte da pessoa”, sendo que este não era apontado como o caminho preferido por todos os participantes. Alguns preferiam “manter o nível das bombas e eventualmente o baleamento nas pernas em casos muito particulares”, enquanto outros “defendiam que se devia dar o passo para o enfrentamento” ($n=2$). De acordo com os participantes esta foi uma discussão recorrente, que nunca chegou a um consenso. No entanto, a decisão política de matar foi tomada, apesar de ser apontada como uma decisão que não era tomada de “ânimo leve” e envolvia muito debate e procura de consenso ($n=3$). Segundo os participantes,

algumas decisões de matar foram de natureza retaliatória – justificadas por se tratar de padrões “tiranos e salazaristas”, que causaram o suicídio de alguns trabalhadores –, enquanto outras nem se podem considerar decisões, pois foram fruto de trocas de tiros aquando de confrontos com a polícia ($n=2$). Em relação aos homicídios cometidos pelas FP-25 é expressa alegria em alguns casos e é, igualmente, reiterada a justificação que muitos operacionais foram, igualmente, mortos no mesmo combate ($n=3$). Neste sentido, os elementos pertencentes às FP-25 legitimam a violência no seio do combate político ($n=2$) como um meio de demonstração de revolta, quando não se têm outros meios, impelido pela “sensação de estar numa sociedade injusta”, sendo a confrontação violenta o motor das transformações sociais ($n=3$). Assim, é dado a entender que elementos mais radicais pertencentes a movimentos de luta armada actuam motivados por um sentido de justiça tão extremo e exacerbado que não olham a meios para atingir os fins, ou seja, consideram o homicídio como uma contingência à consecução da luta política (S. Cohen, 1971). É ainda de notar a utilização de expressões paliativas (Bandura, 1990) – “... baleamento nas pernas...”, expressão utilizada aquando da decisão de “ajuste de contas” com um patrão ou outra pessoa que cometia diversas injustiças e saía sempre impune, quando o que na realidade e na maior parte dos casos acabava por acontecer era a morte da pessoa; de eufemismos (ibidem) – “... dar o passo para o *enfrentamento*”, no sentido de proceder à morte de alguém; de referências despersonalizadas (ibidem), ocultando a responsabilidade pessoal (e.g., “... chegar ao ponto da morte da *pessoa*”); de difusão e deslocação da responsabilidade (Bandura, 1990), no sentido em que a decisão de matar não era tomada por A ou B, mas era tida como uma decisão política, tomada por um movimento armado político (e.g., “Quer dizer não te vou dizer agora que aquele e o outro foram um acidente (...) houve efectivamente uma decisão política”), havendo mesmo, por vezes, a negação da actuação da organização, no sentido da existência de certas decisões que “nem se podem considerar decisões” pelo facto de serem de natureza retaliatória. Ainda neste tópico importa salientar que, muitas vezes, a responsabilidade era deslocada da organização para as vítimas, pois eram estas que contribuíam “para que alguns trabalhadores se suicidassem”, bem como para a morte de “operacionais (...) no mesmo combate”, tornando assim a retaliação justa, uma morte para justificar outra morte; e de desumanização e culpabilização das vítimas (Bandura, 1990), tidas como monstruosas e dignas de morrer, pelo sofrimento provocado a outros, que, na maior parte dos casos, são mais fracos e estão numa posição de maior vulnerabilidade (e.g., “Nas louças de Sacavém houve vários suicídios, o caso do Delmar foi um homem que fechou várias fábricas, era um peão de brega nesse contexto, no caso do Castelo Branco houve pessoal que adoeceu, era um tirano, era um salazarista”).

A desarticulação das FP-25 ($n=3$) acaba por acontecer muito rapidamente, sendo que a organização tem o seu início formal na década de 80, mas já com muitas limitações, essencialmente, no que respeita à capacidade de resposta dos seus integrantes, que na sua maioria não tinham muita experiência e nem foram treinados para o efeito. As prisões foram-se sucedendo, fruto da incapacidade operacional dos militantes, mas também da resposta do Estado aos “clamores” da população² e à própria escalada das acções das FP-25 ($n=2$), bem como a morte de militantes ($n=2$). Assim, apesar de o núcleo operacional ser desmantelado apenas em 1985, a organização já estava muito desarticulada, devido ao facto de ter perdido grande parte da sua rede de apoios e de gastar muitas das suas energias a fugir à polícia ($n=2$).

¹² A falta de apoio popular, paradoxal para os membros das FP-25, que descrevem a sua acção como tendo a melhoria das condições do povo por objectivo, foi um dos motivos apontados para o desmembramento daquela organização. Tal é explicado por Crenshaw (1990) mediante o facto de a população não se querer identificar com a vitimização de inocentes e começar a temer a repressão do Estado, essencialmente no que respeita à prisão de todos e quaisquer indivíduos suspeitos de colaborar com a organização.

A morte de camaradas no combate político ($n=4$) está bastante presente em duas das organizações em estudo, nas BR e nas FP-25. São momentos vividos como “um murro no estômago”, que nas FP-25 acompanham a organização desde o seu início e que nas BR acontecem apenas uma vez com a morte de duas militantes, devido a um erro técnico. Um elemento das BR considera que apesar de a morte de camaradas ser uma perda “horrível”, não foram sentidas culpabilizações nem feitas acusações, por se ter tratado de um erro dos próprios e pelo facto de os militantes terem sentido “que aquelas pessoas tinham morrido pelo seu ideal”. No entanto, tais ocorrências criaram abertura para que tenha havido alguma desmotivação e até pessoas que ficaram menos disponíveis para a organização. Já as FP-25 viveram a morte de camaradas como “um grande embate para a organização”, que provocou “uma culpabilização fortíssima” e que, por um lado, “gerou muitos conflitos que se traduziram, na maior parte das situações, em saídas para o estrangeiro”, mas que, por outro lado, manteve algumas pessoas na organização como uma forma de honrarem a memória dos companheiros que caíram em luta. Contudo, os elementos das FP-25 consideram que a morte na luta armada “faz parte das regras do jogo”, chegando mesmo um deles a afirmar que houve mágoa pelos camaradas que morreram, mas que “pronto foi uma opção deles, aconteceu como podia ter acontecido a outros companheiros”.

No que concerne aos delatores dentro destes movimentos, dois elementos das FP-25 consideram que o que os motivou foi o facto de não estarem nem muito convictos, nem muito comprometidos com as opções da organização, não conseguindo lidar com a ideia de que iriam presos. Tal variação no grau de compromisso e convicção individuais no seio de uma organização é, segundo Crenshaw (1990), natural, pois, muitas vezes, é a decisão colectiva que dita o que há a fazer, mas nem sempre espelha a vontade e consciência de cada militante. Nesta área, as organizações presentes antes do 25 de Abril sofriam de uma agravante, que era o facto da existência da tortura quando as pessoas eram presas (Pimentel, Madeira, & Farinha, 2007), à qual era muito difícil resistir ($n=2$). As consequências para os delatores nas FP-25 passaram, segundo os entrevistados, pelo assassinato de um deles, de modo a veicular uma mensagem ($n=2$). Nas restantes organizações não foi levado a cabo nenhum tipo de castigo ou punição para os elementos delatores, devido ao facto de não ser uma prática que encontrava unanimidade no seio daquelas, por ir contra o princípio de evitar a morte ou ferimento de pessoas ($n=4$).

Já a existência expressa de uma dissociação entre aquilo que são os operacionais e aquilo que são os ideólogos do movimento é negada pelos participantes das várias organizações em estudo ($n=7$). Isto porque a concepção de que “se podiam instrumentalizar pessoas para fazer a acção armada” sem implicação pessoal não agradava a estes militantes, pois isso seria “abrir caminho a um conjunto de pessoas que se podiam tornar aventureiras (...) mas que não têm estrutura política, nem psicológica para aguentar esses processos” ($n=2$). No entanto, não se deixa de expressar que alguns militantes tinham mais “habilidade” para umas áreas do que para outras, aceitando-se que uns tinham mais “análise política, capacidade de lidar com as ideias”, enquanto outros tinham mais “capacidade de puxar o gatilho com frieza” ($n=2$). Tal não significa que uns fossem apenas ideólogos e outros apenas operacionais, pois todos estavam envolvidos, tanto no domínio do planeamento estratégico das acções, como na realização “de tarefas práticas que não exigem nenhuma ideologia” ($n=3$).

O processo de recrutamento ($n=6$) nas organizações em análise tomava diversas formas: o convite a pessoas que expressavam a defesa de ideais semelhantes aos do movimento ($n=3$); a indicação do partido ao qual as organizações estavam vinculadas (no caso da ARA e das FP-25) ($n=2$); a recruta de amigos ou pessoas conhecidas e a chegada à organização de pessoas que a procuravam por partilhavam os mesmos ideais e queriam participar na luta de uma forma organizada (sendo esta uma das quatro motivações apresentadas por Crenshaw (1985) para o ingresso na actividade terrorista – a oportunidade para a acção conferida por este tipo de movimentos).

As dificuldades referidas ($n=2$) neste processo de recrutamento prendiam-se, essencialmente, com a avaliação das verdadeiras motivações das pessoas para a entrada na organização e com a avaliação de se a pessoa teria estrutura para resistir a uma vida de clandestinidade e, se caso fosse presa, conseguiria guardar segredo de tudo o que sabia. Assim, verifica-se que independentemente da forma de chegada à organização os novos elementos ficavam sujeitos a um processo de entrada progressiva, no qual tinham de demonstrar serem dignos de confiança, bem como terem capacidade de aguentar as dificuldades inerentes à vida no seio da organização (Costa, 2008).

No que respeita ao exercício da tomada de decisão ($n=6$), é comum a todas as organizações a procura do consenso e o recurso ao voto, sendo que este processo é encabeçado por uma direcção restrita, a qual indica a decisão final, de modo a preservar o máximo possível o cariz político desta, não obrigando ninguém à sua consecução. No caso específico da ARA, por vezes, as decisões eram indicadas pela direcção do PCP ($n=1$). Nas FP-25 as acções violentas concretas eram decididas apenas pela direcção da estrutura clandestina, enquanto ao nível da avaliação da situação política e das estratégias em colocar em prática em sentido genérico havia um encontro entre a direcção da estrutura clandestina e a direcção da estrutura legal da FUP. Como já foi referido, em todas as organizações em análise os participantes referem ($n=4$) que era dada margem para recusa à realização de acções com as quais não se estava de acordo ou para as quais o militante não se sentia preparado.

No que concerne ao papel das mulheres, é considerado que nas BR houve um “salto qualitativo, porque as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens”, havendo mulheres que não só faziam acções, mas também ocupavam cargos directivos ($n=2$). As BR encaravam como fundamental aparecerem mulheres nas suas acções, de modo a incentivar o público feminino para a actividade, passando assim “uma mensagem em condições de censura” e também aproveitando o facto de as mulheres serem, na sua opinião, menos violentas, sabendo resistir em difíceis circunstâncias da luta armada ($n=1$). Na LUAR negava-se, igualmente, a relevância das questões de género ($n=1$). No entanto, era reconhecido ($n=1$) que, apesar de serem poucas, as mulheres marcavam a diferença pela positiva ao demonstrarem que eram tão operacionais como um homem. Na ARA, o papel atribuído às mulheres era o mesmo que o PCP atribuía, ou seja, na maior parte dos casos estas mantinham “o teatro da vida normal”, acabando por ocupar o papel feminino tradicional, deixando para os homens o protagonismo das acções, das reuniões e da militância ($n=2$). As mulheres podiam ainda contribuir em termos de análise política com a escrita de artigos para diversos jornais do partido ou revistas femininas ($n=1$), sendo consideradas indispensáveis ($n=1$). Por último, nas FP-25 as mulheres eram consideradas “iguais aos homens” ($n=2$), contudo desempenhavam, essencialmente, um papel de apoio logístico que permitia o funcionamento de toda a estrutura, sendo que algumas não pertenciam directamente à organização, mas tinham relações ocasionais ou continuadas com militantes da mesma ($n=2$). No entanto, as mulheres envolvidas organicamente na organização constituíam um grupo muito reduzido ao qual nada era vedado, mas que também não tinha um papel determinante naquela, mas a quem eram, muitas vezes, exigidos esforços como comprovativo de capacidade para praticar luta armada, que não eram aos homens ($n=1$). Cameron (2005) aponta que, por vezes, as mulheres que praticam luta armada exercem elevados níveis de violência, no sentido de não se sentirem inferiores aos homens e de sentirem aprovação. Em síntese, da perspectiva feminina ($n=1$) as FP-25 eram uma organização “profundamente machista”, enquanto da perspectiva masculina ($n=2$) tanto “havia pessoas que consideravam a mulher de uma forma machista, como havia companheiros mais liberais que tratavam as mulheres reacconariamente”, havendo, ainda, uma postura, por vezes paternalista em relação às mulheres.

Em termos da passagem à clandestinidade ($n=6$), tanto nas BR como nas FP-25, esta era uma situação evitada ao máximo, pois o militante não clandestino resiste mais facilmente à polícia e ao manter o seu emprego legal, não é um peso financeiro para a organização. Assim, a passagem à clandestinidade na generalidade das organizações acaba por ser feita apenas quando os militantes

legais são detectados. Os membros de todas as organizações estudadas caracterizam as circunstâncias de passagem à clandestinidade como difíceis, às quais estão inerentes diversas perdas. É também relatado que para viver na clandestinidade é preciso adoptar uma dupla personalidade ($n=2$), no sentido em que se cria uma personagem, o mais diferente possível da original, mas ao mesmo tempo o mais simples e restrita possível, de modo a não acarretar problemas nem levantar suspeitas. Tudo isto “deixa marcas”, que se mantém mesmo depois da clandestinidade, sendo mesmo descrito que chegavam a existir pessoas que continuavam a agir como se ainda fossem clandestinos, assumindo apenas a sua identidade clandestina, já na vida legal. A vida na clandestinidade está também na origem, segundo alguns participantes ($n=3$), de alguns problemas do foro psicológico, pelo facto de ser uma vida muito dura e desgastante, em que as pessoas vivem muito sozinhas. Os sintomas mais frequentemente relatados de mau estar psicológico são insónias, delírios e sentimento exagerado e irrealista de estar a ser perseguido ($n=3$). Neste sentido, os entrevistados pertencentes às FP-25 ($n=3$) apontaram uma série de cuidados a ter na clandestinidade que não só contribuíam para a segurança física dos militantes, mas também para o seu equilíbrio psicológico – evitar sair durante a noite, fugindo assim a operações stop e a rondas policiais em estabelecimentos públicos; estar atento ao que está ao redor, nunca ir directamente para casa, nunca fazer o mesmo percurso, trocar de casa com frequência, etc. Um entrevistado pertencente à ARA considerou o inverso, ou seja, que a clandestinidade na época da ditadura impedia as pessoas de sair durante o dia e levava-as a evitar de todo o frequentar de estabelecimentos públicos e as mudanças de casa, consideradas como momentos de grande perigo, pois era um trabalho que só o próprio clandestino podia realizar e no qual poderia ser facilmente reconhecido. No entanto, quando os referidos cuidados não eram suficientes e a pessoa continuava a temer pela sua segurança física ou dava mostras de claro mau estar psicológico havia sempre a hipótese de ir para um outro país onde se poderia sentir segura, sendo que todas as organizações tinham este aspecto em atenção e tinham países específicos aos quais davam preferência (e.g., as BR privilegiavam Argel) ($n=4$). No que respeita às dificuldades sentidas na clandestinidade, estas prendiam-se essencialmente com condições de vida muito precárias, que se faziam sentir na falta de dinheiro para preparar a acção e numa logística com muitas falhas que não conferia os meios necessários aos objectivos a alcançar ($n=4$); com a percepção de enfrentar situações de elevado risco diariamente, com a incerteza constante acerca da segurança individual ($n=4$), o que tinha como consequência a mudança frequente de casa, tida, igualmente, como uma dificuldade ($n=2$); com o corte relacional com a família e amigos ($n=5$) e, essencialmente, com a separação dos filhos ($n=4$); um participante refere também que uma das maiores dificuldades que teve foi a limitação “de carácter científico ou cultural”, no sentido em que na clandestinidade os meios eram muito restritos. Os sentimentos vividos na clandestinidade passavam por uma “sensação de vulnerabilidade muito grande”, no sentido em que nunca se sabia o que é que aconteceria a seguir e tudo era muito provisório, havendo alturas com mais actividade, consideradas mais “suportáveis” e outras mais “desagradáveis” por não se ver as coisas avançar ($n=2$). Na clandestinidade detecta-se, também, uma enorme necessidade de sentir confiança nos parceiros com quem se realizam acções ($n=4$), o que conduz a um sentimento de protecção por parte daquelas pessoas em quem se confia, tidas como operacionais exemplares, “que sabiam disparar, sabiam comandar uma retirada” ($n=1$). A vida na clandestinidade é relatada por três participantes como uma vida de muita solidão, sendo que dois deles apontam para o facto que esta solidão é amainada quando a clandestinidade é partilhada com outra pessoa com quem se tem um relacionamento de intimidade. Todos os participantes ($n=7$) relatam ter sentido medo na sua vida de clandestinos, sendo que dois deles consideram mesmo que é necessário ter medo, pois não ter medo significa estar demasiado confiante e descorar aspectos importantes. Este medo era “o medo da polícia, o medo de ser apanhado”, o medo pela família que não estava na clandestinidade e que podia ser prejudicada, o medo de ser detectado na rua ou em casa, o medo aquando dos confrontos directos com a polícia ($n=4$).

Em termos da retirada de dividendos da actividade armada ($n=3$), os elementos das FP-25 consideram que “de maneira geral não houve ninguém que ficasse com o dinheiro”, apesar de essa ser a ideia passada pelos numerosos assaltos a bancos, mas que serviriam a subsistência da própria organização. Um dos elementos considera mesmo que financeiramente só foi prejudicado, sendo que afirma que quando saiu da prisão “ainda saí mais pobre financeiramente”. No que respeita à aquisição de estatuto social através da participação em acções armadas, dois elementos das BR consideram que não houve ninguém que tenha estado na clandestinidade por este motivo. No entanto, um elemento da LUAR considera que sempre se pode passar à clandestinidade “um bocado por diletantismo” e porque “se era visto”. Deste modo, as assunções de Crenshaw (1985) acerca de duas das quatro motivações apresentadas para o ingresso na actividade terrorista – desejo de estatuto social e ganho de recompensas materiais – não se verificam nas organizações em estudo, segundo os seus participantes.

O suporte popular era granjeado por todas as organizações ($n=5$), no sentido em que todas procuravam que a população se revisse nas suas acções. Todas as organizações relatam situações do pré 25 de Abril nas quais as suas acções foram “saudadas com largas dezenas de palmas”, pois tratava-se de uma luta pela liberdade e pelo regime democrático. Por outro lado, depois daquela data a altura em que é percebido mais suporte popular é durante o processo do Processo Revolucionário em Curso – PREC – em que as acções eram muito praticadas “em função de ecos de luta”, ou seja, sobre casos específicos de patrões ou empresas que estavam de algum modo a reprimir e a prejudicar os trabalhadores. As FP-25 vão ainda mais longe, tendo uma rede de apoios constituída por pessoas que não estavam na clandestinidade e nem estavam directamente relacionadas com a organização, mas que, por exemplo, tratavam de aspectos logísticos (e.g., aluguer de casa, automóvel) e de documentos para os militantes na clandestinidade ou cediam a sua casa para alojar alguém, apenas com a justificação que estava envolvido com assuntos políticos, sendo que naquela altura “as pessoas assumiam isso com uma certa naturalidade sem perguntar grande coisa”. Desta forma, os participantes não corroboram as afirmações de Fraser e Fulton (1984, citados por Henderson, 2004) que caracterizam o suporte popular à luta armada como bastante reduzido e dificultante do acesso a materiais. Porém, segundo os participantes pertencentes às FP-25 a desaprovação popular acaba por chegar e prende-se com o carácter extremado – mortes – das acções desenvolvidas, não sendo assim atingidos os resultados esperados por esta organização, pois ao invés de animarem os trabalhadores para a luta, reforçaram a repressão que já antes existia sobre eles e assustaram-nos, no sentido em que estes não se queriam comprometer com o tipo de violência praticada pelas FP-25. O que vai de encontro às afirmações de Crenshaw (1990), relativas ao facto de a população não se querer identificar com a vitimização de inocentes e começar a temer a repressão do Estado.

A publicidade que se faz às acções levadas a cabo ($n=3$) aparece como um elemento central para os movimentos de luta armada, sendo que um elemento da ARA relata que “o objectivo central das acções era ganhar, digamos assim, pelo efeito espectacular e propagandístico, pois naquela altura a televisão não falava da oposição nem os jornais”. Ao que dois elementos das FP-25 acrescentam que o mais importante não era a organização ter muitos operacionais, mas o impacto das suas acções na opinião pública, sendo que havia um sentimento de reconhecimento que percorria os militantes da organização, que se constituía sempre como “um factor de contentamento”. O que corrobora a teoria de Weinberg e Eubank (2006) que afirma serem os *mass media* os aliados principais da actividade terrorista. Os *mass media* veiculam as mensagens provocatórias enviadas pelos terroristas e concedem-lhes notoriedade pública e consequentemente credibilidade, contribuindo assim para a difusão de um clima de terror. No fundo, os *mass media* dão consecução ao objectivo terrorista de fractura social e reproduzem a sua propaganda.

No que respeita ao relacionamento interpessoal ($n=5$), todos os participantes relatam a existência de uma boa camaradagem, de laços afectivos muito fortes e significativos e de um

profundo respeito cumplicidade entre os militantes. Tudo isto muito alicerçado na confiança que tinham necessariamente uns pelos outros. No entanto, mesmo que não existissem laços afectivos entre os militantes, existiam em todos os casos laços ideológicos, responsáveis pela coesão do grupo. Contudo, dois elementos das FP-25 relatam algum mau estar a nível interpessoal na organização, relacionado com o facto de ser uma organização política onde está sempre presente o “factor do poder” e de quem manda em quê e em quem, o que pode sempre gerar alguns conflitos. Segundo dois participantes pertencentes às FP-25, o relacionamento interpessoal também passava muito pelo aspecto de vivência conjunta, sendo este, talvez, um dos aspectos mais relevantes para o equilíbrio dos sujeitos na clandestinidade. Assim, ou o sujeito tinha uma/um companheira/o na clandestinidade, que não tinha que fazer obrigatoriamente parte da organização, ou vivia com parceiros, que na maior parte dos casos não escolhia, mas com quem realizava acções, sendo que de maneira geral o relacionamento nas casas era conflituoso ($n=2$), pois na maior parte das vezes não havia dinheiro suficiente, as condições de habitabilidade eram más e havia sempre a tensão de nunca se ter a certeza se a casa tinha sido detectada ou não e, caso tivesse, para onde era a mudança. Porém, tal situação não causava conflitos de maior, porque as pessoas andavam sempre a trocar de casa e, logo, a trocar de parceiros. Em termos de relacionamentos amorosos no contexto da luta armada ($n=4$), verificam-se duas dinâmicas distintas, uma primeira que era o relacionamento ocasional, fruto da rotação das pessoas e “de uma época em que havia ainda os restos do amor livre”, que não impunha uma ideia de casal muito restrita nem formalizada. Esta dinâmica, por vezes, trazia alguns problemas, no sentido em que alguns companheiros tinham várias companheiras em vários sítios. Neste sentido, o relacionamento amoroso dentro da organização é descrito como “não muito saudável” ($n=3$), pois na maior parte dos casos circunscrevia-se às pessoas da organização, sendo relatado que “as poucas companheiras que estiveram nunca lhes faltou companhia”, o que nem sempre significou uma “afectividade resolvida”. No entanto, é referido que alguns casos “que começaram com relações de cama, passaram a relações de amor, tiveram filhos e mantêm hoje essa relação”. É de notar que aquando do retorno dos dados aos participantes, um elemento da ARA não identifica a presença destes aspectos nesta organização. A segunda dinâmica passa pelos relacionamentos amorosos que já existiam antes do envolvimento no movimento e que são mantidos ou por aqueles que acontecem depois de estar na organização, mas com pessoas que nada tinham a ver com esta, que podiam ou não habitar com os militantes ($n=3$). Segundo os participantes ($n=4$), a retoma dos relacionamentos após o término da organização e de todas as consequências que o envolvimento nesta acarretou depende em grande parte do facto de ter havido um relacionamento afectivo forte anteriormente ou não e se há uma continuidade ideológica entre o passado e o presente.

Os conflitos interpessoais no seio das organizações em estudo ($n=6$) são descritos como fruto de divergências na maneira de pensar as acções a praticar e também como fruto de divergências ideológicas sobre aspectos específicos, mas sobretudo como fruto dos diferentes tipos de personalidade individuais, que, por vezes, entravam em colisão. A morte de camaradas é um outro aspecto que os participantes ($n=2$) apontam como acarretando conflitualidade no seio das organizações, pois provoca o questionamento da organização e da acção pessoal, bem como recuos. Os pormenores logísticos do dia-a-dia, agravados e aumentados pelas condicionantes da clandestinidade, essencialmente a falta de dinheiro, a actuação de cada um para a segurança da casa e os envolvimento amorosos que não corriam bem ou as disputas por companheiras (essencialmente no feminino), são também apontados ($n=3$) como motivos de conflitos interpessoais. A gestão de conflitos interpessoais era, segundo os participantes ($n=4$), feita em reuniões de direcção, e podia resultar no afastamento das pessoas em causa entre si, ou seja, continuavam na organização, mas não trabalhavam juntas. Podia também resultar no recuo dos militantes, tanto em Portugal como no estrangeiro, para reflexão ou afastamento permanente, pois podia estar em causa a segurança do próprio militante, assim como do grupo.

Quando questionadas acerca da existência de alguma acção que tenha causado desconforto pessoal, todos os participantes das FP-25 ($n=3$) apontam a morte não intencional de um bebé. No entanto, apesar de um dos participantes considerar esse dia como “um atentado”, considera, igualmente, que faz parte da luta política e que “se tratou de um acidente ou de um mau levantamento”. Contudo, tal desconforto leva os participantes a questionar as acções, a organização e até a actuação pessoal ($n=3$), de modo a compreenderem o porquê de algumas acções, que provocam a vitimação não intencional de pessoas. Um participante da LUAR questionava-se, fruto das “dúvidas permanentes”, se o que faziam e os sacrifícios pessoais se justificavam ou não. E um elemento das FP-25 parou mesmo de fazer acções concretas, passando para uma componente onde tinha funções mais de logística, devido ao questionamento constante que fazia ao funcionamento da organização. É de levar em consideração que apesar de algumas acções terem sido desconfortáveis para alguns participantes e de existir algum questionamento da organização, nenhum deles a abandonou ou deixou de fazer acções, o que pode estar relacionado com o facto de, em primeiro lugar, ser muito complicado um militante desvincular-se da luta, pois é impossível retornar ao seu dia-a-dia habitual (Crenshaw, 1990) e, em segundo lugar, o facto de estes poderem ser vistos como crimes de obediência, crimes cometidos por pessoas que não apresentam qualquer perturbação e que podem escolher agir de acordo com a lei, mas escolhem agir de acordo com as orientações da organização armada (Beu & Buckley, 2004).

No que respeita à utilização de armas ($n=5$) é comum aos participantes, tanto do antes como do pós 25 de Abril, o facto de não terem uma preferência especial pela utilização de armas. Ao ponto de um deles afirmar que nunca disparou uma arma, outro dizer que nunca andava armada no dia-a-dia, devido ao facto de acreditar que seria “uma tentação para um acto qualquer de desespero” e outro referir que tinha uma péssima capacidade de tiro, o que causava alguma insegurança aquando da realização das acções onde poderia ser necessário disparar.

No que refere às características dos sujeitos envolvidos nos movimentos de luta armada é apontado por dois dos participantes que “não há uma personalidade do guerrilheiro ou da pessoa que se envolve na luta armada, há várias personalidades como em todo o lado”, logo quem pratica lutar armada não é obrigatoriamente alguém “desiludido, frustrado ou enganado”, nem o faz por ser “de esquerda revolucionária” ou porque é “traumatizado ou malquerido”, sendo a grande maioria dos participantes considerada como estruturada e equilibrada. Deste modo, tal como referido na literatura (Crenshaw, 1990; Costa, 2008), não se verifica a presença de qualquer tipo de perturbação ou doença mental, pelo menos nos discursos dos participantes, em indivíduos que praticam luta armada.

A faixa etária dos participantes na luta armada em Portugal encontrava-se, maioritariamente, entre os 20 e os 30 anos ($n=3$), eram pessoas que estavam no “começo da idade adulta” e que consideram que o que fizeram resultou fundamentalmente da idade que tinham, sendo esta “uma experiência de jovem”. No entanto, uma experiência que marca “um período tremendo” em todas as áreas da vida dos sujeitos que por ela passaram, com consequências nas formas de pensar, agir e estar no presente. O que realmente corrobora as afirmações presentes na literatura que vão no sentido das idades jovens dos indivíduos praticantes de luta armada (Cohen, 1955; Hudson, 1999; Post, 1986, citado por Nascimento, 2002) e do facto de a sua identidade ser formada e afirmada pela sua pertença ao movimento (Ventura & Nascimento, 2001).

Em termos do posicionamento individual antes de uma acção ($n=4$), são encontradas algumas diferenças entre os participantes. Alguns afirmam que não tinham medo, nem se sentiam stressados, nunca pondo em causa a realização da acção ou pensando em voltar atrás, enquanto outros referem que nunca conseguiram aprender a lidar com o stress, indo para as acções muito tensos e inseguros pelo facto de não saberem se conseguiriam responder da forma acertada às circunstâncias ou até mesmo não dando consecução à acção ($n=4$). No entanto, aquando da realização das acções propriamente dita os participantes relatam diversos estados internos ($n=3$)

– alguns, movidos pela “adrenalina”, procuravam sair o mais rápido possível das situações; outros relatam momentos em que “as pernas estavam a tremer”, mas em que tinham que dar continuidade à acção, pois caso contrário prejudicariam outros camaradas; outros, ainda, perdiam completamente a calma; por fim, alguns demonstravam possuir “nervos de aço”, “muito sangue frio e muito destemor”, provocados por uma “calma excessiva” que os invadia no decorrer da acção.

No presente os elementos pertencentes às FP-25 apontam para uma necessidade de contextualização do passado ($n=2$), no sentido em que a “organização correspondeu a um momento histórico e a um grupo de pessoas (...) que tinha uma grande disponibilidade para o todo social e que olhavam a realidade social no sentido de a transformar”. Deste modo, os participantes têm dificuldades em realizar análises *à posteriori* por considerarem que houveram motivações sociais, económicas e políticas referenciadas à época. Contudo, é admitida uma certa falta de maturidade e uma “tremenda ilusão” que a igualdade poderia ser imposta “na ponta das espingardas”. É, ainda, admitido que houve acções que não foram bem-feitas, apesar de na altura o terem parecido, mas os seus efeitos colaterais vieram provar o contrário (e.g., o facto de quase todos terem acabado por ser presos). No entanto, as recordações do passado ($n=3$), tanto nas organizações do antes, como do pós 25 de Abril são sobretudo positivas, afectivamente muito fortes, apesar das muitas dificuldades passadas e do medo constante de serem descobertos. Tais recordações permitem ainda dar sentido ao passado e “ajustar as coisas”. Os participantes de movimentos existentes antes do 25 de Abril sublinham, ainda, a sua elevada importância no passado sob o ponto de vista político por terem agido de forma diferente e por terem contribuído para a revolução ($n=2$).

É de notar uma marcada ausência de arrependimento ($n=5$), estendido tanto aos grupos do antes como do pós 25 de Abril, sendo que dois sujeitos pertencentes a organizações que estiveram no activo antes dessa data expressam mesmo “um sentimento de orgulho” pelo percurso na luta armada no passado, que de acordo com aqueles trouxe ganhos incomparáveis para a sociedade portuguesa. No que respeita às FP-25 os envolvidos consideram que “em termos de conceito e de maneira de ver o mundo” não há como se arrependerem, nem se descomprometerem das acções de decisões levadas a cabo ($n=2$), sentindo-se ainda motivados para a continuidade na luta política. Tal ausência de arrependimento pode ser produto de uma inibição das regras morais convencionais empreendida por estes elementos, que ao darem grande relevância às circunstâncias sociais, produzem justificações para as acções praticadas (e.g., “... foi uma boa trajectória, foi importante na sociedade portuguesa, importante na história e foi uma formulação em si como objecto...”; “... não se podia ficar parado à espera que tudo que se tinha ganho em 74 e 75 se fosse perdendo e, portanto, havia que fazer alguma coisa de extremo”), deslocam a responsabilidade das consequências para as vítimas (e.g., “se o arrependido das FP-25 não tivesse colaborado com a polícia não tinha sido morto”) ou minimizam-nas e percebem a vítima como culpada e indigna de viver (e.g., “... um gajo que mandava mais que os outros, um gajo que as pessoas estavam a morrer de fome, os médicos mandavam as pessoas ir para o hospital e ele dizia não vão nada, quem manda sou eu...”) (Bandura, 1990, 1999).

No que respeita à continuidade da luta após a revolução de Abril, as organizações que actuaram antes do 25 de Abril demonstram total desacordo com a mesma ($n=2$), por considerarem que no presente é-se livre para praticar formas de luta legais. Já os elementos das FP-25 consideram alguns motivos para a não continuação na luta armada no presente ($n=2$) – limitações puramente físicas, bem como a existência de sentimentos de desilusão e frustração, devidos ao fraco cumprimento dos objectivos da organização e ao facto de a maioria dos seus militantes ter sido preso ($n=2$). Contudo, tanto os grupos do antes como do pós 25 de Abril apresentam uma manutenção no presente da ideologia e postura defendidas no passado ($n=4$). O que, em alguns casos, não poderia acontecer de outro modo devido à tenra idade de adesão a organizações praticantes de luta armada, o que contribui para a moldagem das identidades pessoal e social dos

indivíduos (Ventura & Nascimento, 2001). No entanto, são referidos numerosos camaradas que não mantiveram qualquer continuidade entre o passado e o presente ($n=4$), que recusam qualquer tipo de proposta relacionada com algum tipo de luta e até mesmo alteraram as suas convicções ideológicas.

No sentido da manutenção no presente de formas de luta legais dos sete participantes entrevistados, três relatam continuarem na defesa dos seus ideais, mediante uma necessidade de contribuição para a transformação social e de luta contra as injustiças. Porém, é relatado que a maioria dos restantes militantes dos movimentos em geral não teve a mesma atitude de envolvimento político e social, optando por “uma postura de tratar da vida no sentido do quotidiano”.

SÍNTESE CRÍTICA E CONCLUSÃO

Em síntese, a iniciação no grupo acontecia, na maior parte dos casos, através de um processo de recrutamento, que podia ser levado a cabo pela própria organização, pelo partido político que estava na sua retaguarda ou por iniciativa de sujeitos que procuravam aquela a título individual, no intuito de concluir se a pessoa tinha ou não capacidade de ajuste à organização clandestina e aos seus propósitos. A entrada no grupo não parece ser levada a cabo por nenhum tipo de fascínio por armas ou pelo exercício da violência, mas antes pela oportunidade de agir, no sentido de derrubar o regime ditatorial (no respeitante às organizações actuaantes antes do 25 de Abril) e no sentido de combater injustiças sociais e um possível retorno ao fascismo (no respeitante às FP-25).

As dinâmicas interpessoais no seio das organizações abordadas eram caracterizadas por uma clara afectividade e, na ausência desta, existiam, pelo menos, laços ideológicos, sendo que os relacionamentos tinham por base a necessidade de confiar no outro, devido aos riscos corridos durante a consecução das acções. Os relacionamentos amorosos eram marcados por um carácter ocasional, entre militantes ou não, ou diziam respeito a relacionamentos que já existiam antes da organização ou que se iniciaram após entrada na mesma, mas com pessoas do exterior.

Os conflitos decorriam essencialmente das necessidades do quotidiano e da convivência nas habitações, sendo também motivados por divergências na forma de pensar e executar as acções. A gestão dos mesmos poderia significar tanto o afastamento dos militantes entre si, como o recuo para o estrangeiro, no sentido da sua protecção pessoal e da organização. A morte de camaradas exercia um peso substancial no que concerne às dinâmicas interpessoais, pois esta era sempre tida como uma perda arrasadora, que trazia consigo sentimentos de culpa e desmotivação. O modo de lidar com os delatores difere entre as organizações actuaantes antes do 25 de Abril – que não exerciam qualquer tipo de castigo relativamente aos mesmos – para a organização actuaante no pós 25 de Abril – que optou pelo assassinato de um deles, como meio de veicular uma mensagem. Ressaltam-se, ainda, relatos de algum mal-estar em termos de dinâmicas interpessoais, provocado pela procura de poder por parte de alguns militantes, negando-se, contudo, a existência de uma dissociação entre militantes puramente ideólogos e militantes puramente operacionais.

A vida dentro do grupo diferia totalmente da vida quotidiana, pois todos os participantes a referem como muito limitada e muito marcada por dificuldades e saudades da família, dos amigos e dos próprios hábitos da vida fora do grupo. A gestão da clandestinidade revela-se uma das áreas mais complicadas da militância armada, sendo que nenhum participante encontra nela alguma vantagem, pois é caracterizada como uma vida muito dura, repleta de perdas e dificuldades, que chega mesmo a provocar perturbações psicológicas. Neste sentido, foram referidos diversos procedimentos de segurança colocados em prática, bem como oportunidades de refúgio no

estrangeiro. Os sentimentos mais relatados foram a sensação de vulnerabilidade constante, a solidão, as saudades e o medo. É ainda apontada a não retirada de dividendos (financeiros ou de estatuto social) pelo facto de se estar na clandestinidade.

O papel das mulheres no movimento é considerado em todas as organizações, à excepção da ARA, igual ao dos homens. É descrito que um reduzido número de mulheres praticava luta armada, contudo ocupavam cargos directivos, ocupavam-se do apoio logístico e participavam nas acções. Na ARA as mulheres estavam mais encarregues de manter a aparência de normalidade na vida quotidiana, perante a sociedade, participando, por vezes, em questões de análise política. Deste modo, o grau de aceitação das mulheres nas diferentes organizações era elevado, apesar de estas sentirem, por vezes, que não eram fundamentais e que tinham que se esforçar mais do que os homens para serem aceites.

No que refere às justificações atribuídas às acções empreendidas, estas são de teor essencialmente político e ideológico, no sentido da libertação da repressão do regime fascista e do peso da Guerra Colonial antes do 25 de Abril de 1974, e no sentido da luta contra as injustiças sociais e o regresso da ditadura após aquela data. A gestão de momentos e acções percebidos como desconfortáveis é realizada através de processos de tomada de decisão, a qual, de acordo com os participantes, se caracterizava pelo recurso ao voto e pela procura de consenso, deixando sempre margem de recusa individual. A dúvida e o questionamento surgiam, particularmente, após acções que provocavam vitimização não intencional ou a morte de camaradas, e quando os militantes reflectiam acerca de os ganhos e perdas compensarem, ou não, todo o sacrifício pessoal.

O suporte popular era procurado por todas as organizações e todas elas procuravam despertar as populações no sentido de uma revolução popular, umas com mais sucesso do que outras, pois ao colocarem em prática o ataque contra pessoas as FP-25 atemorizaram as populações, que – segundo os participantes – não se queriam comprometer com este género de acções.

O sentido que actualmente os participantes dizem atribuir às suas acções e envolvimento no passado é descrito como a percepção de um momento que não se podia deixar passar, e no qual era necessário agir. No presente, os participantes contextualizam a sua actuação de acordo com a conjuntura política, económica e social da época e a referência à existência de recordações mormente positivas e à ausência de arrependimento são unânimes entre aqueles. Estes participantes mantêm hoje a ideologia do passado. Estão, na sua maioria, envolvidos em formas de luta legais por aquilo que defendem; no entanto não aderem novamente a movimentos de luta armada, uns por não o acharem necessário, outros por considerarem que a idade já não o permite. Referem, contudo, que diversos camaradas alteraram totalmente a sua postura e preferem ignorar e ocultar o passado.

Finalmente, em jeito de conclusão e de aproximação a uma explicação teórica do porquê da entrada e participação em organizações armadas por parte deste grupo de participantes, consideramos que neste estudo se distinguem claramente os actores que participaram em organizações de antes do 25 de Abril e os actores praticantes de luta armada após esta data.

No primeiro caso, parece-nos tratarem-se, essencialmente, de indivíduos pertencentes a um estrato social composto por intelectuais, com carreiras políticas sólidas, ideologicamente organizados e, muitas vezes, com experiência de formação política e operacional no estrangeiro. Indivíduos estes que aspiravam apenas à queda do regime ditatorial e ao fim da Guerra Colonial, repudiando de todo a vitimização humana como meio para o alcance dos seus objectivos. No segundo caso, parece-nos tratarem-se de indivíduos mais jovens e menos intelectualizados, na sua maioria, que experienciaram a euforia da revolução de Abril, a reconquista da democracia e que a um dado momento se começam a aperceber, muitas vezes por experiência própria (no caso daqueles que eram operários), de injustiças no seio do tecido social, que afectavam principalmente os mais desfavorecidos. Estes indivíduos começam, igualmente, a temer o retorno à ditadura devido a avanços da extrema-direita e aos fracassos eleitorais dos partidos da esquerda. É neste

sentido que se organizaram, mas a nosso ver de uma forma bastante emocional e pouco ponderada, o que justifica a rápida desarticulação da organização, a prisão da maioria dos seus elementos, bem como a realização de acções com as quais nem todos os participantes se identificaram.

Deste modo, acreditamos que este estudo deixa o seu contributo para o melhor conhecimento das vivências e perspectivas individuais daqueles que dedicaram um período da sua vida à luta armada no nosso país, bem como das dinâmicas das organizações que integraram. Acedemos a áreas muito pouco perscrutadas pela literatura, tanto a nível nacional, como internacional, pois procurámos centrar a análise a um nível mais micro do que macro, ou seja, ao nível do indivíduo e das suas experiências subjectivas (quando a maioria das análises sobre o terrorismo se situa num plano mais macro, de orientação sociológica).

No entanto, consideramos ser possível ir mais além e explorar melhor aspectos relacionados com a história de vida dos sujeitos, com as suas justificações de carácter ético, moral e psicológico para a comissão de acções ilegais e acerca da própria estrutura e *modus operandis* das organizações. Contudo, estas são áreas de difícil aproximação, às quais, por vezes, os próprios entrevistados têm dificuldade em aceder, pois não nos podemos esquecer que muitos deles viveram anos a fio na clandestinidade e determinadas formas de estar e agir, e mesmo algumas limitações de expressão, são ainda fruto dessa experiência.

Este estudo procurou, ainda, relacionar diversas abordagens com o fenómeno da luta armada, no sentido de lhe dar um enquadramento teórico e de corroborar ou não, através dos dados recolhidos, a parca teoria prévia. Contudo, a literatura nesta área está muito voltada para os movimentos de luta armada de cariz religioso, ou para os movimentos de guerrilha da América Latina, o que nem sempre permite a adopção de uma abordagem metodológica no sentido da prova. Assim sendo, acabámos por optar por uma postura metodológica orientada sobretudo no sentido da descoberta, congruente com a pobre teoria disponível na área e com a própria metodologia qualitativa adoptada.

No futuro, consideramos relevante a abordagem de formas de prevenção da violência armada e das suas consequências, através da análise das condições sociopolíticas que originam movimentos de luta armada, de como estas podem ser alteradas, de como o próprio Estado pode prevenir e controlar o terrorismo e os seus efeitos e de como o terrorismo se relaciona com os meios de comunicação. Será, igualmente, relevante analisar as consequências da participação na luta armada para os militantes, mas também as consequências das acções violentas nas sociedades, nos Estados e nas próprias vítimas ou familiares e amigos destas, sendo ainda interessante a análise da relação destes com as redes de suporte existentes, bem como com os órgãos de comunicação social.

REFERÊNCIAS

- Antunes, C. (1974). *Dossier Brigadas Revolucionárias*. Lisboa: Edições Revolução.
- Arena, M., & Arriago, B. (2005). Social psychology, terrorism and identity: A preliminary reexamination of theory, culture, self, and society. *Behavioral Sciences and the Law*, 23, 485-506.
- Bandura, A. (1990). Mechanisms of moral disengagement. In W. Reich (Ed.), *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, theologies, states of mind* (pp. 7-24). Washington DC: Woodrow Wilson Center Press.
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*, 3(3), 193-209.

- Bebiano, R. (2005). Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo. *Revista Portuguesa de História, XXXVII*, 65-104.
- Beu, D., & Buckley, M. (2004). This is war: how the politically astute achieve crimes of obedience through the use of moral disengagement. *The Leadership Quarterly, 15*, 551-568.
- Borum, R. (2004). *Psychology of terrorism*. Tampa: University of South Florida.
- Brinca, P. (2000). *Ocupação de panificação mostra força popular: LUAR assume-se como braço armado do povo*. Consultado em 02 de Março de 2010: <http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=5124>
- Cameron, G. (2005). *Nuclear terrorism: a threat assessment for the 21st century*. California: Monterey Institute of International Studies.
- Carmo, I. (1974). A violência no processo revolucionário. *Revolução, 1*, 6.
- Chambliss, W. (1975). Toward a political economy of crime. In J. Muncie, E. McLaughlin, & M. Langan (Eds., 1996), *Criminological perspectives: A reader* (pp. 249-256). London: Sage.
- Cohen, S. (1971). *Images of deviance*. Harmondsworth: Penguin.
- Costa, J. (2004). *O terrorismo e as FP 25 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, J. (2008). O crime de terrorismo: Aspectos psico-antropológicos. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 4*, 509-528.
- Crenshaw, M. (1985). An organizational approach to the analysis of political terrorism. *Orbis, 29*, 465-489.
- Crenshaw, M. (1986). The psychology of political terrorism. In M. G. Hermann (Ed.), *Political psychology: Contemporary problems and issues* (pp. 379-413). London: Josey-Bass.
- Crenshaw, M. (1990). The logic of terrorism: Terrorist behavior as a product of strategic choice. In W. Reich (Ed.), *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, theologies, states of mind* (pp. 7-24). Washington DC: Woodrow Wilson Center Press.
- Flick, U. (2002). *An introduction to qualitative research*. London: Sage Publications.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Henderson, H. (2004). *Global terrorism*. New York: Facts on File, Inc.
- Horgan, J., & Taylor, M. (2001). The making of a terrorist. *Jane's Intelligence Review, 13*(12), 16-18.
- Hudson, R. (1999). *The sociology and psychology of terrorism: Who becomes a terrorist and why?* Washington, DC: The Library of Congress.
- Johnson, P., & Feldman, T. (1992). Personality types and terrorism: Self-psychology perspectives. *Forensic Reports, 5*, 293-303.
- Júnior, J. (1999). Bombas contra a guerra colonial. *Visão, 313*, 50-54.
- Lea, J., & Young, J. (1984). Relative deprivation. In J. Muncie, E. McLaughlin, & M. Langan (Eds., 1996), *Criminological perspectives: A reader* (pp. 142-150). London: Sage.
- Leitão, F., & Pina, C. (1975). *LUAR: O que é?* Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- Lilly, J., Cullen, F., & Ball, R. (1995). *Criminological theory*. Thousand Oaks: Sage.
- Nascimento, J. (2002). *O terrorismo e seus intérpretes: Uma abordagem psicossocial*. Lisboa: Hugin Editores, Lda.
- Narciso, R. (2000). *ARA – Acção Revolucionária Armada: A história secreta do braço armado do PCP*. Lisboa: Dom Quixote.

- Partido Revolucionário do Proletariado. (1975). *Manifesto contra a guerra civil: Insurreição armada/PRP*. Lisboa: PRP.
- Pimentel, I., Madeira, J., & Farinha, L. (2007). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Pereira, A. (1992). *O terrorismo e a democracia*. Monografia não publicada, Polícia Judiciária, Portugal.
- Post, J. (1984). Notes on a psychodynamic theory of terrorist behavior. *Terrorism*, 7, 241-256.
- Post, J. (1987). It's us against them: The group dynamics of political terrorism. *Terrorism*, 10, 23-35.
- Serra, J. (1999). *As explosões que abalaram o fascismo: O que foi a ARA*. Lisboa: Edições Avante.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research* (1st ed. 1990). London: Sage.
- Ventura, J. (1999). Motivação e identidade psicossocial na afiliação terrorista: Da violência política à guerra psicológica. In R. A. Gonçalves (Ed.), *Crimes, práticas e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho.
- Ventura, J., & Nascimento, J. (2001). Violência, terrorismo e psicologia: Uma abordagem exploratória. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 4, 633-698.
- Weinberg, L., & Eubank, W. (2006). *What is terrorism?* New York: Chelsea House.

The purpose of this article is to study the involvement in armed political fight in Portugal. Thus, we have taken the perspective of individual participants. This may point to future ways of dealing with the phenomenon. In order to access such perspectives we aimed to explore (a) the initiation/entry into the group (b) the interpersonal dynamics within the group, (c) life within the group versus everyday life, (d) the management of underground life (e) the role of women in the movement, (f) the ethical, moral, psychological, ideological, etc., justifications for their actions, (g) the management of moments and actions perceived to be undesirable, (h) the management of the doubt and self-questioning, (i) popular support, and (j) the meaning of actions and involvement in the past and present. We used a qualitative methodology that gave preference to the method of semi-structured interviews with participants in movements of armed political fight in Portugal in the past. The presentation and discussion of the results mirror the position of participants throughout the topics mentioned above compared, when possible, with data collected from literature on the subject.

Key-words: Armed fight, Terrorism, Underground life.

